

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 122.440 - MG (2020/0001663-5)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
RECORRENTE : SAMUEL DA FONSECA DOS SANTOS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto em face de acórdão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, assim ementado (fl. 63):

EMENTA: HABEAS CORPUS – ROUBO – REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA – IMPOSSIBILIDADE – PRESSUPOSTOS E REQUISITOS DO ART. 312 DO CPP NITIDAMENTE PRESENTES – CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS – INSUFICIÊNCIA. I – Existindo nos autos fortes indícios de autoria e comprovada a materialidade do crime do crime de roubo, causador de insegurança e pânico nos grandes centros urbanos, a prisão preventiva, medida de exceção, mostra-se necessária para garantir a ordem pública, sendo insuficiente a imposição de medidas cautelares alternativas. II – Os atributos pessoais do paciente não podem ser analisados individualmente, sem que seja considerado todo o contexto dos autos, sob pena de se trazer prejuízos à tranquilidade social e à manutenção da ordem pública, fundamentos esses essenciais à análise da necessidade da manutenção de qualquer prisão cautelar.

O recorrente foi preso em flagrante, em 19/10/2019, convertida em preventiva na data posterior, pela prática do crime previsto no art. 157, *caput*, do Código Penal.

Sustenta que a prisão preventiva é medida desarrazoada, decretada em decisão desprovida de fundamentação concreta e que não estão presentes os requisitos autorizadores da custódia cautelar.

Requer, em sede liminar e no mérito, a revogação da constrição cautelar com ou sem imposição de medidas alternativas a prisão.

Na origem, processo n. 0062974-23.2019.8.13.0567, consta a informação *baixado* através de consulta realizada pelo *site* do TJMG em 1/4/2020.

A liminar foi indeferida (fls. 91-92).

As informações não foram prestadas, mas há elementos suficientes nos autos para resolução do mérito.

O parecer do Ministério Público Federal foi pelo desprovimento do recurso.

É o relatório.

DECIDO.

Conforme relatado, busca a defesa revogação da prisão preventiva sob o argumento de ausência dos requisitos autorizadores da segregação cautelar e de fundamentação concreta.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

A decisão de prisão preventiva foi assim fundamentada (fls. 33-34):

[...].A conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva está prevista no artigo 310, II, do Código de Processo Penal, desde que preenchidos os requisitos do artigo 312, quais sejam, para garantia da ordem pública ou econômica, para conveniência da instrução criminal e para aplicação da lei penal.

Entendo que é necessária a segregação cautelar, senão vejamos.

Da análise do APFD, restou bem caracterizado o *fumus commissi delicti*, já que o autuado foi reconhecido pela vítima após o assalto. **Há fortes indícios do envolvimento do autuado no crime de roubo, pois ele mesmo reconheceu que entrou em luta corporal contra a vítima.**

A nosso ver, presentes os requisitos objetivos para a prisão preventiva constantes do artigo 313, I, do Código de Processo Penal, pois o crime de roubo tem pena máxima abstrata superior a 04 (quatro) anos.

Também estão presentes os requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal.

O delito em apuração é grave, pois praticado mediante violência e grave ameaça.

O STF tem entendimento consolidado de que a gravidade demonstrada pelos dados concretos do delito e a necessidade de se proteger vítimas e testemunhas constituem fundamentos idôneos para a prisão preventiva.

Ante o exposto, presentes os requisitos para a segregação cautelar, com base nos artigos 312, 313, I, todos do Código de Processo Penal, para garantia da ordem pública, converto a prisão em flagrante de Samuel da Fonseca dos Santos em PRISÃO PREVENTIVA. [...].

Como se vê, apesar de haver a indicação de o paciente entrou em luta corporal com a vítima, isso se deu apenas para demonstrar a existência de indícios de autoria e de materialidade, enquanto, na parte referente ao *periculum libertatis*, há apenas a indicação acerca da gravidade abstrata do delito, *pois praticado mediante violência e grave ameaça*.

Assim, não se apontou qualquer elemento do caso concreto para justificar a prisão, fazendo afirmação genérica e abstrata sobre a gravidade do crime, evidenciando a ausência de fundamentos para o decreto prisional.

Não se tendo no tema, com a clara motivação genérica, divergência

Superior Tribunal de Justiça

nesta Sexta Turma do Tribunal, reconheço a ilegalidade arguida.

Ante o exposto, dou provimento ao recurso em *habeas corpus* para a soltura do recorrente SAMUEL DA FONSECA DOS SANTOS, o que não impede nova e fundamentada decisão de necessária cautelar penal, inclusive menos gravosa do que a prisão processual.

Comunique-se.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 1º de abril de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator